

Estatais fazem superávit fiscal do país cair 56%

Desempenho das empresas em fevereiro foi o pior desde 91 e saldo primário do setor público recuou para R\$ 3,2 bi

Enio Vieira

• **BRASÍLIA.** A Petrobras pagou R\$ 3,3 bilhões em dividendos aos acionistas em fevereiro e provocou uma redução no superávit primário do setor público (a diferença entre receitas e despesas, exceto gastos com juros). Houve uma queda de 56% no resultado primário total do país, que diminuiu dos R\$ 7,621 bilhões de fevereiro de 2003 para R\$ 3,295 bilhões no mês passado. Só as estatais federais entraram com um déficit de R\$ 3,724 bilhões, o pior desempenho mensal desde 1991, quando o Banco Central (BC) começou sua série para as contas públicas.

— É um fenômeno pontual, e as estatais devem voltar aos superávits a partir deste mês. Dos R\$ 3,3 bilhões em dividendos, R\$ 1,1 bilhão foi para o governo federal — disse o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes.

BC: país vai cumprir meta trimestral acertada com FMI

Para atingir a meta trimestral com o FMI de R\$ 14,5 bilhões, o setor público terá de economizar R\$ 4,254 bilhões este mês. O acumulado em janeiro e fevereiro ficou em R\$ 10,246 bilhões — 36% a menos que os R\$ 16,084 bilhões do primeiro bimestre de 2003. No ano passado, os dois primeiros meses superaram a meta trimestral, que era de R\$ 15,4 bilhões. A meta de 2004 é de R\$ 71,5 bilhões, o que exige uma economia mensal de R\$ 6,125 bilhões daqui até o fim do ano. Nos últimos 12 meses, o superávit acumula R\$ 60,335 bilhões (ou 3,88% do PIB).

— Fora as estatais, as outras áreas de governo estão todas com superávit. O desempenho de R\$ 4,838 bilhões em feve-

reiro do governo central (União) foi o melhor para o mês até agora. Assim, o cumprimento da meta trimestral com o FMI está assegurado — afirmou o economista do BC.

Relação dívida/PIB deve fechar ano em 57,2%

O governo usa a economia feita no superávit primário para pagar parte dos juros e conter o endividamento público. Apesar do aperto fiscal, a dívida líquida do setor público subiu de R\$ 921,854 bilhões em janeiro (ou, 58% do PIB) para R\$ 926,681 bilhões mês passado (57,6%). O indicador dívida líquida/PIB vem caindo este ano pelo mesmo motivo de 2002: inflação maior. O IGP-DI corrige o valor mensal do PIB calculado pelo BC e, devido a sua alta, o indicador recuou.

— O IGP-DI em fevereiro foi elevado: 1,08%. Com isso, o efeito do crescimento do PIB provocou uma redução no indicador de 0,67 ponto percentual. O efeito do superávit primário foi uma redução de 0,2% no mês na relação dívida líquida/PIB — disse Altamir.

Em 2002, a inflação reduziu o indicador dívida líquida/PIB em 11,01 pontos percentuais, para 55,5%. Sem a inflação, no ano passado houve o contrário: alta de 0,61, com o indicador fechando em 58,15% do PIB. Para Altamir, as previsões de mercado (inflação de 6%, juros em 14% em dezembro e dólar a R\$ 3,05) reduzirão a relação dívida/PIB a 57,2% no fim de 2004.

— A relação dívida/PIB mantém trajetória de queda. Se o dólar fechar o mês a R\$ 2,94, o indicador deve aumentar um pouco em março, para 57,8%. ■

► NO GLOBO ONLINE:

A íntegra do relatório do BC
www.oglobo.com.br/economia

Saiba mais sobre as contas públicas

RESULTADO PRIMÁRIO

(receitas menos despesas, exceto gastos com juros)



Traduzindo o economês

Com o esforço fiscal feito pelo governo (diferença entre as suas receitas e despesas, o chamado superávit primário, que exclui gastos com juros), o país consegue pagar parte da dívida que vence mensalmente. Esse endividamento é corrigido pela taxa de juros básica da economia (Selic). Quanto maior a taxa de juros, mais forte deve ser o esforço fiscal para o governo pagar as parcelas que vencem de sua dívida e evitar que ela exploda. O crescimento do país também é importante para as contas públicas. Quanto mais a economia cresce, maior a produção, o nível de emprego e os impostos recolhidos pelo governo. Isso aumenta as receitas do país e permite que o governo gaste mais e invista mais.

OPINIÃO

TIRO CONTRA

• **PESQUISA DO IBGE** sobre o mercado de trabalho detectou uma redução no ritmo de perda do poder aquisitivo da população. Técnicos explicam o fato pela desaceleração da inflação.

COMO É óbvio, aumentos menores nos preços evitam a corrosão dos salários. Principalmente nas faixas da população de renda mais baixa, sem acesso ao mercado financeiro para se precaver contra o enfraquecimento do poder de compra da moeda.

E AINDA há quem defenda o relaxamento no combate à inflação.

Fipe prevê inflação de 0,25% no mês

• **SÃO PAULO.** A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe subiu 0,20% na terceira semana de março, 0,07 ponto percentual abaixo da prévia anterior. O coordenador do IPC, Paulo Picchetti, disse que a taxa deve fechar o mês em 0,25%, contra previsão de 0,40%, devido à demanda menor causada por desemprego e queda de renda do trabalhador.